

Perspectivas no Estudo da Argumentação Quotidiana¹

Selma Leitão Santos²

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO - Este artigo revê alguns marcos teórico-metodológicos no estudo corrente da argumentação cotidiana. O texto divide-se em quatro partes principais seguidas de uma breve discussão. A primeira focaliza as duas principais formas como o termo *argumento* é definido na teoria e na pesquisa da argumentação. A segunda apresenta brevemente alguns dos modelos teóricos que, histórica e contemporaneamente, têm sido dominantes no estudo da argumentação. A terceira apresenta perspectivas sob as quais a argumentação tem sido estudada, enfatizando quatro elementos: a natureza dos dados, a situação em que a argumentação é produzida, os objetivos de cada estudo e os métodos adotados para a análise de dados. A parte final sintetiza resultados emergentes da pesquisa empírica sobre habilidades argumentativas de indivíduos.

Palavras-chave: argumentação; raciocínio informal; cognição social.

Perspectives on the Study of Everyday Argumentation

ABSTRACT - This article describes some theoretical and methodological approaches to the current study of everyday argumentation. It is divided into four main sections followed by a discussion. The first section looks at two major ways argument has been defined in argumentation theory and research. The second section takes a brief look at some theoretical approaches which have prevailed in historic and contemporary argumentation studies. The third section focuses on the various perspectives argumentation studies have taken. Four elements are emphasized here: the corpus of data analyzed, the research settings investigated, the descriptive objectives, and the analytical methods adopted. The final section summarizes some findings from empirical studies on people's argumentative skills.

Key words: argumentation; informal reasoning; social cognition.

Mesmo uma revisão não exaustiva da literatura relativa ao estudo do raciocínio permite ao leitor concluir, sem muita demora, que a pesquisa nesta área tem privilegiado o estudo do raciocínio formal em relação ao informal. Tal ênfase se reflete não só na enorme quantidade de experimentos realizados sobre o primeiro, como também na diversidade de perspectivas teóricas oferecidas para a interpretação de resultados observados (Evans, 1991; Galotti, 1989; Garnham & Oakhill, 1994). Por outro lado, a investigação empírica do raciocínio informal é considerada um empreendimento ainda recente. A literatura disponível é, comparativamente, pequena em extensão e a escassez de paradigmas teóricos e metodológicos que orientem as investigações realizadas é um dos problemas com que se defrontam pesquisadores envolvidos nesta área. Neste último nível, a falta de limites claros para a própria noção de raciocínio informal, a definição ainda imprecisa de quais sejam as especificidades e conexões entre as diversas formas de raciocínio estudadas sob o título de raciocínio informal e a necessidade de melhor compreensão das relações entre os raciocínios formal e informal, apenas ilustram alguns dos problemas ainda por serem superados.

Embora recente, a pesquisa sobre raciocínio informal vem atraindo um número crescente de pesquisadores, em variadas disciplinas, os quais têm se concentrado sobretudo no estudo de formas de raciocínio usadas por indivíduos em situações de trabalho. Mais recentemente ainda, parte deste interesse de pesquisa tem se voltado para a compreensão e avaliação da natureza e funcionamento do raciocínio argumentativo. Ou seja, do tipo de raciocínio que os indivíduos empregam, por exemplo, quando constroem "teorias" a respeito de causas e conseqüências de eventos da vida diária, pesam prós e contras com vistas a tomadas de decisão e justificam crenças e opiniões em qualquer âmbito da vida social. No nível teórico, tanto filosófico quanto psicológico, tal interesse tem coincidido com o desenvolvimento de uma visão de argumentação que a define como o modelo básico que o raciocínio assume em parte substancial do pensar cotidiano dos indivíduos (Billig, 1987) e como o recurso racional fundamental de que estes se utilizam na construção de conhecimento (Johnson, 1991; Pontecorvo, 1987). Como tal, o estudo da argumentação tem sido considerado precondição essencial para o desenvolvimento de uma teoria abrangente do raciocínio (Johnson, 1991). Num nível mais pragmático, grande parte da pesquisa sobre este tema tem sido direcionada para a geração de estratégias educacionais que levem ao desenvolvimento e aperfeiçoamento, nos indivíduos, das habilidades que caracterizam o assim chamado pensamento crítico (p. ex., Edwards & Baldauf, 1983;

1 Trabalho adaptado de parte da tese de doutoramento apresentada à Universidade de Cambridge, Inglaterra, em 1993.

2 Endereço: Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH 8º andar, Cidade Universitária, 50.670-901 Recife PE. E-mail: slsantos@npd.ufpe.br

Perkins, Allen & Hafner, 1983; Perkins, Farady & Bushey, 1991; Perkins & Salomon, 1987; Swartz, 1987, 1989).

À noção de argumento

A argumentação é parte substancial da experiência quotidiana de qualquer indivíduo humano. Inúmeras são as situações do dia-a-dia que demandam dos indivíduos a apresentação de justificativas em defesa de idéias ou ações, sejam estas ligadas às suas experiências mais imediatas (atividades profissionais, por exemplo) ou a temas mais amplos, de relevância no contexto social onde vivem. Igualmente frequentes são as situações em que um indivíduo é confrontado com argumentos e contra-argumentos apresentados por outrem os quais requerem avaliação criteriosa. A título de ilustração, veja-se, por exemplo, o trecho abaixo, extraído de um debate a respeito da regulamentação de espaços reservados para fumantes e não fumantes em restaurantes (programa *Sem censura*, TV Educativa, 23/05/1994):

Debatedor 1: ... "eu acho que essa lei é uma coisa inútil, acho que não vai pegar, não tem como fazer pegar. Você chega no Maracanã, tem um sujeito sentado na sua cadeira e não levanta, ninguém vai lá tomar providência, então eu acho que é mais uma perda de tempo. Os restaurantes vão se aborrecer, não adianta, o sujeito vai puxar o cigarro, vai acender, as pessoas, pra não se aborrecer, não vão chamar ninguém, o restaurante não vai tomar nenhuma medida. Eu desacredito totalmente no cumprimento dessa lei.

Debatedor 2: Mas eu acho que não, sabe por quê? porque o restaurante é uma outra postura, uma gente que vai lá é uma gente que já, sabe? maior poder aquisitivo...

Debatedor 1: Quem disse a você que o poder aquisitivo dá educação às pessoas?"

Discussões como esta por certo seriam facilmente consideradas argumentativas por qualquer usuário da língua portuguesa. Menos fácil seria, talvez, a identificação dos aspectos peculiares a este tipo de evento comunicativo que o tornam um exemplo claro de argumentação.

De fato, uma rápida revisão da literatura específica à área mostra que, ao longo dos anos, o conceito de *argumento* tem sido questão controvertida. No senso comum, é freqüente uma idéia de argumento que enfatiza seu propósito persuasivo (uma abordagem retórica da argumentação). Sproule (1980), por exemplo, apresenta uma destas definições leigas de argumento em que este é considerado um recurso elitista "usado pelos poderosos a fim de aumentar suas riquezas e fortalecer suas próprias posições na sociedade" (p. 2). Igualmente freqüente é a idéia de que argumentar é meramente jogar com palavras. A ênfase sobre a persuasão e o controle se justificam sobretudo pela observação dos modos como argumentos são usados em contextos como a propaganda, o discurso político, os tribunais de justiça, as conversas informais etc, nos quais o propósito de convencer é quase sempre evidente. Tal ênfase sobre a persuasão e, em conseqüência, a preocupação com o problema ético e moral da manipulação é não apenas um elemento da concepção leiga sobre o argumentar, mas também uma parte essencial da abordagem

filosófica argumentação (Reboul, 1988). E não poderia ser diferente se se considera que a persuasão tem, desde Aristóteles, sido considerada a verdadeira essência da retórica. Note-se que, embora *convencer* e *persuadir* não sejam usados como sinônimos em textos sobre retórica (ver. p. ex., Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1969), nenhuma diferença relevante é atribuída a estes termos no presente trabalho.

Um outro ponto de convergência que se poderia apontar entre a concepção leiga e a filosófica da argumentação é que em ambos os casos a justificação/refutação de idéias é vista como função definidora da argumentação. É pelo oferecimento de justificações/refutações racionais e convincentes que se espera persuadir outrem, embora deva ser notado que a escolha de critérios definidores do que seja uma justificação racional e convincente não é questão de consenso, nem entre estudiosos nem entre usuários da argumentação. Mas, mesmo que a persuasão e a justificação/refutação de idéias sejam, respectivamente, objetivo e função que devam figurar em qualquer definição abrangente de argumentação, a referência apenas a estes aspectos deixa sem resposta a questão do que, de fato, é um argumento.

Tradicionalmente, *argumento* tem sido definido a partir de uma dentre duas perspectivas: primeiro, como um *produto*, algo que é linguisticamente expresso, seja em linguagem falada ou escrita, através de um conjunto de proposições dentre as quais uma, pelo menos, é oferecida como justificativa para outra. Em segundo lugar, argumento é definido como um *processo* que ocorre entre e se dirige a pessoas. Estas duas concepções de argumento foram elaboradas por O'Keefe (1977) em um trabalho que é, ainda hoje, considerado o principal esquema conceitual para a definição de argumento. Neste trabalho, o autor distingue *argumento*₁ - alguma coisa que é produzida quando uma pessoa justifica idéias - de *argumento*₂ - algo em que duas ou mais pessoas se envolvem quando divergem a respeito de uma questão. Os próximos parágrafos examinam brevemente cada uma destas perspectivas.

À primeira vista, a idéia de argumento como um *produto* relembra-nos a definição tradicionalmente dada a argumento pela lógica formal: argumento é um conjunto de proposições nas quais a relação entre premissas e conclusões é o ponto crucial enfatizado (Garnham & Oakhill, 1994). Entretanto, as semelhanças são apenas aparentes. A discussão das limitações da idéia formal de argumento enquanto modelo para a descrição dos argumentos (informais) que os indivíduos apresentam no dia-a-dia tem, de fato, sido um ponto de partida em muitos dos estudos contemporâneos de argumentação.

Argumentos formais e informais podem ser contrastados a partir de um número de características essenciais. Na perspectiva formal, premissas são os "dados", elementos imutáveis de um argumento, que permitem ao indivíduo que raciocina sobre eles chegar a conclusões confiáveis, desde que regras de inferência lhes sejam corretamente aplicadas. Além disto, um argumento é visto como uma entidade abs-

trata, que não deveria ser confundida com os elementos lingüísticos que o expressam, nem com os processos de raciocínio que o geram.

Em contraste, a argumentação em situações do dia-a-dia requer do argumentador que este produza, no próprio curso de sua argumentação, as premissas dos argumentos que apresenta, premissas estas que nem sempre são elementos imutáveis e explícitos dos argumentos. Pelo contrário, tais elementos são sujeitos a mudanças sempre que novas informações se tornem disponíveis a quem argumenta, ou que informações existentes sejam por este descartadas. Além disto, as premissas do argumento quotidiano são sempre dependentes de conteúdos e de situações de produção específicas. Ainda uma outra importante diferença entre os argumentos formal e informal é que a conclusão a que se pode chegar a partir das premissas de um argumento informal jamais pode ser considerada como certeza, visto que inexistem regras de inferência cuja aplicação permita estabelecer sua validade (como ocorre no caso do argumento formal). Aqui, qualquer avaliação da relevância e adequação de premissas em relação a uma conclusão é, uma vez mais, altamente dependente do conteúdo e da situação à qual o argumento se refere. São estes que possibilitam, a quem avalia, a emissão de julgamentos quanto à aceitabilidade dos elementos que um argumento contém.

A idéia de argumento como um *processo* enfatiza o contexto interacional no qual os argumentos surgem. Neste sentido, a argumentação é vista como uma atividade social no curso da qual indivíduos que defendem diferentes pontos de vista sobre um tema, tentam convencer um ao outro da aceitabilidade de suas respectivas posições. Uma implicação importante desta perspectiva é que nela a argumentação é definida como um tipo específico de diálogo, o que, por sua vez, requer a adoção de uma perspectiva igualmente dialógica para seu estudo (Eemeren, Grootendorst & Kruiger, 1987).

Estritamente falando, a argumentação enquanto uma atividade social pressupõe sempre a presença de um destinatário a quem os argumentos formulados são dirigidos. Este, entretanto, nem sempre é o caso. Mesmo num monólogo, ou numa situação em que um indivíduo considera, apenas para si mesmo, diferentes lados de uma questão (argumentação interna), o diálogo parece ser o modelo típico da argumentação. Nestes casos, poder-se-ia dizer, o diálogo se realiza pela evocação de um *outro imaginário* que traz para a argumentação um elemento de oposição, à medida em que permite, a quem argumenta, a antecipação de reações que poderiam surgir de um oponente real. De tais situações diz-se que são "*socialmente motivadas*" (Eemeren e cols. 1987, p. 2). Além disto, tem sido também sugerido que, embora antecipar reações de possíveis oponentes seja, provavelmente, uma das funções básicas deste *outro imaginário*, esta pode não ser sua única função. A evocação de um *outro* poderia também ser vista como um reflexo da natureza dilemática do pensamento humano a respeito de inúmeras questões com as quais um

indivíduo é confrontado na vida social (Billig, 1987). Sendo este o caso, um indivíduo que reflete consigo mesmo a respeito, por exemplo, dos prós e contras do uso da pena de morte, talvez esteja não apenas considerando possíveis reações ao seu ponto de vista, mas também expressando aspectos conflitantes de seu próprio pensamento (Santos, 1993).

Ainda uma terceira perspectiva tem sido, por vezes, adicionada ao conceito de argumento. Hample (1980, 1981, 1985) define *argumento_o* (como ele o chama), como um fenômeno que ocorre na mente daquele que argumenta. Embora admitindo ser o discurso um veículo público necessário à argumentação, o autor afirma que a mensagem, em si mesma, não é o elemento central no estudo de argumentos. De fato, a idéia de argumento expressa um conceito amplo que, não só inclui uma variedade de elementos intrínsecos ao argumentar (processamento de informações, memória, inferência, habilidades lingüísticas etc), mas também é visto pelo autor como a origem primeira tanto do argumento enquanto produto como da argumentação *enquanto processo*.

O modo como Hample torna os elementos mencionados acima partes da noção de argumento tem sido criticado por aqueles que acreditam que uma distinção precisa deva ser feita entre o argumento e os processos de raciocínio subjacentes a este. Na tentativa de distingui-los, Sproule (1980), por exemplo, afirma que argumentos são unidades de linguagem visíveis e audíveis que são geralmente dirigidas a um público com propósito persuasivo, enquanto que o raciocínio é um dos caminhos inobserváveis pelos quais um indivíduo chega às suas conclusões. O mesmo autor admite, entretanto, que esta distinção claramente se desfaz nos casos de argumentação interna. Semelhantemente, Jackson e Jacobs (1980) criticam o que eles consideram ser uma identificação imprópria da estrutura do argumento com processos de raciocínio e argumentam em favor da independência das regras do argumento em relação aos processos de compreensão que permitem a um indivíduo ver a relevância de certas premissas para uma conclusão,

Na prática, é possível que elementos de diferentes perspectivas sejam combinados em uma única concepção de argumento. Para adotar uma metáfora usada por Rowland (1987), "argumento como produto e como processo são de fato dois lados da mesma moeda" (p. 149). Enquanto um modo racional de resolução de divergências, a argumentação necessariamente requer que um discurso, um *produto*, seja produzido para justificar/refutar um ponto de vista. Além disto, requer do indivíduo que argumenta um exame de suas posições à luz das posições defendidas por outros, o que significa engajar-se em um *processo* social. Esta definição deixa ainda espaço para uma perspectiva cognitiva de argumento à medida em que, como enfatiza Hample (1985), argumentos não têm existência fora da *mente* humana. Note-se, no entanto, que nas seções que se seguem é o primeiro dos sentidos acima o que prevalece.

Análise de argumentos: alguns modelos teóricos

Entre os modelos teóricos tradicionais que focalizam a descrição e a avaliação da estrutura da argumentação quotidiana, os de Toulmin (1958/1990) e do *entimema* são, provavelmente, dos mais conhecidos e mais amplamente usados. No cenário da teoria e do estudo empírico da argumentação, ambos aparecem como propostas alternativas para uma análise de argumentos que fuja aos modelos da lógica formal.

No livro *The Uses of Argument* (1958/1990), o filósofo inglês Stephen E. Toulmin apresenta um modelo criado com o propósito de reproduzir a estrutura de argumentos. Neste, um argumento é definido como um movimento que leva de dados para uma conclusão por intermédio de uma justificativa. A descrição de argumentos inclui seis conceitos básicos. Os dados (*data*) correspondem a fatos e opiniões que servem de base para uma conclusão. A conclusão (*claim*) é o ponto a ser estabelecido por um argumento. A justificativa (*warrant*) é uma afirmação geral que autoriza o movimento dos dados para a conclusão, ou seja, é um elemento que estabelece um elo de ligação entre dados e conclusão. Além destes, há ainda um conjunto de elementos que podem, ou não, estar explícitos num argumento. São eles: o apoio (*backing*), o qualificador (*qualifier*) e as condições de refutação (*conditions of rebuttal*). O apoio fornece informações que dão base à justificativa e a podem tornar aceitável. O qualificador expressa, estimativamente, o grau de certeza que a pessoa que argumenta atribui à sua conclusão. Finalmente, as condições de refutação apontam para possíveis exceções para a conclusão estabelecida. Neste sentido, elas limitam a área de aplicação da conclusão e antecipam objeções que poderiam ser apresentadas a um dado argumento. No parágrafo abaixo ilustra-se a aplicação do modelo de Toulmin à descrição da estrutura de um argumento a partir de um exemplo apresentado pelo próprio autor.

"Harry nasceu nas Bermudas (dado); portanto, presumivelmente (qualificador), Harry é britânico (conclusão), desde que um homem nascido nas Bermudas será geralmente britânico (justificativa) de acordo com as seguintes leis (apoio):... a menos que seus pais sejam ambos estrangeiros, ou ele tenha se naturalizado americano, ou...(condições de refutação)" (Toulmin, 1990, pp. 102-105)

Apesar do entusiasmo inicial gerado em torno do modelo de Toulmin (1958/1990), suas limitações enquanto instrumento geral para a descrição de argumentos do mundo real têm sido repetidamente apontadas. Quastoff (1978), por exemplo, numa perspectiva lingüística, destaca o fato de que o modelo em questão dá prioridade à análise da relação dados-conclusão (microestrutura de um argumento) em detrimento da análise dos elementos estruturais globais e formais (macroestrutura) do discurso argumentativo. De uma outra perspectiva, Voss (1988) chama a atenção para o fato de que a argumentação em domínios pouco estruturados (problemas em que a conclusão final e/ou dados pertinentes

ao problema não são totalmente claros nos estágios iniciais do processo de resolução do mesmo) ocorre através de uma seqüência de metas, submetas e usos de estratégias de resolução de problemas que não pode ser capturada por um modelo como o de Toulmin. Ainda numa terceira perspectiva de crítica ao modelo, esta particularmente interessante, Eemeren e cols. (1987) afirmam que, na análise de argumentos produzidos em situações da vida real, elementos essenciais do modelo, como dados e justificativas, se tornam praticamente indistintos, tornando-se claros apenas em exemplos cuidadosamente selecionados. Além disto, os autores consideram que é no estudo da argumentação dialógica que o modelo de Toulmin se mostra especialmente limitado já que este cobre apenas um dos dois lados envolvidos na argumentação, a saber: o do indivíduo que justifica/refuta uma afirmação (o proponente). O lado do indivíduo que desafia o argumento proposto (o oponente) não é representado no modelo. Crítica semelhante é levantada por Willard (1976) quando este considera que, em sendo o modelo de Toulmin adotado para a descrição de argumentos do mundo real, três modelos seriam de fato necessários: um para o proponente, um para o oponente e ainda outro para o próprio discurso produzido.

Como no caso do modelo de Toulmin, também o modelo do *entimema* pareceu, durante certo tempo, atraente aos estudiosos da argumentação enquanto instrumento para descrição e análise de argumentos do quotidiano. Um *entimema*, conceito este originalmente desenvolvido na *Retórica* de Aristóteles (trad. 1991), é geralmente definido como um tipo de silogismo, de caráter retórico, no qual uma premissa expressa se combina com uma outra deixada implícita (uma vez que o falante a considera óbvia ou tacitamente aceita pelo seu interlocutor) para produzir uma justificativa para um dado ponto de vista. Diferentemente do silogismo (que requer a presença de três termos explicitamente declarados, um dos quais expressa uma conclusão que se segue, necessariamente, às demais afirmações), o *entimema* pode ter variado número de termos, admite elementos expressos e não expressos e leva a uma conclusão cuja aceitabilidade se define a partir de probabilidades e não de certeza.

A adequação do *entimema*, enquanto um mecanismo pelo qual o modelo do silogismo é aplicado a argumentos do mundo real, tem também sido criticamente discutida ao longo dos anos. Segundo Willard (1983), por exemplo, a principal falha dos trabalhos que se apoiam no modelo do *entimema* para descrever argumentos do mundo real é que estes adotam a lógica proposicional como um modelo dos processos cognitivos subjacentes aos argumentos apresentados em situações sociais do dia-a-dia. De fato, esta afirmação se insere na crítica mais ampla, levantada por Willard, ao uso de padrões tradicionais (validade, verdade, entre outros) na avaliação dos processos psicológicos da argumentação.

Como já mencionado antes, o uso de modelos da lógica dedutiva como instrumentos para a análise de argumentos apresentados em linguagem natural tem sido ponto de per-

manente controvérsia entre os estudiosos da argumentação. Dentre as muitas críticas levantadas a uma abordagem dedutivista da argumentação, algumas das mais expressivas se concentram na questão dos elementos implícitos dos argumentos e o tratamento que a estes deve ser dado. A questão crítica a ser respondida aqui é se a análise de argumentos expressos em linguagem natural exigiria, do analista, a transformação de argumentos incompletos (como o *entimema*) e, portanto, formalmente inválidos, em argumentos dedutivamente válidos, acrescentando-se a estes premissas não expressas pelo argumentador.

Três são as objeções geralmente levantadas. A primeira acusa o dedutivismo de, ao enfatizar a validade dedutiva dos argumentos, desconsiderar os tipos de argumentos não dedutivos. Uma segunda objeção levantada é a de que a transformação de argumentos expressos com uma única premissa (formalmente inválidos) em argumentos válidos (pela adição de uma premissa extra), impede que uma distinção seja feita entre argumentos expressos de forma válida ou inválida nas práticas reais da argumentação. Finalmente, é dito que a perspectiva dedutivista não oferece um procedimento claro pelo qual premissas não expressas possam ser adicionadas aos argumentos. Se, como ocorre na maioria dos casos, diferentes premissas podem ser usadas para suprir o não expresso de um argumento, como, então, escolher uma dentre as alternativas?⁵

Embora rejeitando um comprometimento dogmático para com o dedutivismo, Eemeren e Grootendorst (1992) vêm na análise lógica um passo indispensável para a análise de argumentos do tipo aqui considerado. Segundo os autores, o não expresso de um argumento pode ser adequadamente identificado apenas se, tomando-se como ponto de partida o expresso, o argumento for reconstruído num sentido que o torne logicamente válido. Embora ressaltem, também, que a tarefa de escolher, dentre alternativas possíveis, a que melhor completaria um argumento só se viabiliza quando elementos do contexto onde o argumento surge são igualmente considerados (uma perspectiva pragmática de análise).

A posição tomada por Eemeren e Grootendorst (1992) em relação ao ponto abordado acima é parte de uma proposta ampla para o estudo da argumentação - a pragma-dialética - elaborada, pelos autores, ao longo da última década. Pragma-dialeticamente, o discurso argumentativo, seja na sua modalidade falada ou escrita, é visto como uma discussão crítica que tem por objetivo a resolução de diferenças de opinião. O aspecto dialético desta abordagem se expressa na admissão tácita de que, na argumentação, partes divergentes empenham-se na resolução de diferenças pela execução sistemática de movimentos descritos, pragmaticamente, como atos de fala (Austin, 1962; Searle, 1990). Na definição de seu programa de estudo, a pragma-dialética tenta reverter uma tendência dicotômica, predominante na pesquisa sobre argumentação, que separa o trabalho descritivo (o que indivíduos

de fato fazem quando argumentam) do normativo (um padrão de racionalidade que referencia a avaliação crítica de argumentos). Aqui, propõe-se que a descrição do discurso argumentativo, condição para sua avaliação, requer que uma reconstrução normativa (isto é, que parte de um modelo idealizado do discurso argumentativo) seja feita.

A reconstrução proposta operacionaliza-se através de um número de transformações realizadas sobre o discurso argumentativo. Na primeira, *cancelamento*, elementos relevantes ao processo de resolução de diferenças de opinião são preservados enquanto elementos irrelevantes para este fim (ou seja, elementos que servem a outros objetivos comunicativos) são omitidos. Pela *adição*, os elementos implícitos dos argumentos são tornados explícitos. Através da *substituição*, expressões vagas e ambigüidades do discurso são substituídas por formulações precisas e livres de ambigüidades. Finalmente, *péla permutação*, os elementos do discurso são reordenados numa seqüência considerada ótima do ponto de vista do modelo idealizado adotado no início da análise. Por exemplo, justificativas que aparecem dispersas ao longo do discurso são reordenadas e postas em conexão direta com o ponto de vista a que se referem.

Para além dos limites das teorias de raciocínio formal e dos modelos de análise de argumentação baseados na lógica, as idéias de Billig (1987) a respeito da natureza retórica do pensamento humano representam certamente uma relevante contribuição para a compreensão da argumentação do dia-a-dia e do lugar que esta ocupa no pensar cotidiano. Seu trabalho focaliza o papel que a argumentação desempenha no desenvolvimento e na definição do tipo de pensamento em que as pessoas se engajam tanto quando envolvidas em deliberações privadas como quando participam de debates públicos. Assim fazendo, o autor traz a argumentação para um lugar central na teoria do pensamento. Suas idéias dependem daquelas desenvolvidas pelos antigos teóricos da retórica, as quais Billig reexamina e aplica à análise da argumentação produzida por indivíduos a respeito de uma ampla gama de questões sociais.

Segundo Billig (1987), dois processos gerais de raciocínio, *categorização* e *particularização*, constituem as bases sobre as quais todas as estratégias argumentativas são construídas. Categorização (um processo que enfatiza as similaridades entre estímulos) e particularização (um processo que enfatiza a singularidade de um estímulo) são definidos como processos opostos e inter-relacionados. Tal inter-relação é ilustrada, por exemplo, pelo fato de que o ato de colocar algo numa categoria requer, em si mesmo, que a particularização de uma dentre muitas categorias possíveis seja feita. Da tensão entre estes processos surge um elemento de oposição, indispensável à argumentação. Ao argumento de que alguma coisa deveria ser tratada como membro de uma dada categoria, pode-se sempre contrapor a idéia de que esta deveria ser tratada a partir de sua singularidade.

Uma outra noção chave na teoria de Billig (1987) é a sua concepção a respeito da *natureza dilemática* do chamado

3 Para um detalhamento destas críticas e uma resposta às mesmas, ver Gerritsen, 1994.

senso comum e dos efeitos que esta exerce sobre o pensamento das pessoas. O senso comum, definido como um conjunto de temas comumente aceito em um dado grupo, é permeado por idéias contrárias, idéias estas que se tornam precondição para a geração de um sem número de dilemas com os quais um indivíduo se confronta no dia-a-dia. A natureza dilemática de crenças e valores socialmente compartilhados é descrita por Billig e seus associados através da análise, por exemplo, de elementos democráticos e autoritários no discurso de professores em sala de aula e das críticas lançadas pela maioria dos indivíduos à irracionalidade contida em qualquer tipo de racismo, críticas estas que coexistem com posições discriminatórias contra grupos diversos (Billig & cols., 1988).

Análise de argumentos: tendências da pesquisa empírica

Apesar do volume de estudos sobre habilidades de raciocínio envolvidas na argumentação ser relativamente reduzido, a existência, na literatura corrente, de um conjunto mais abrangente de trabalhos empíricos relacionados à argumentação é certamente merecedora de nota. Por exemplo, estudos sobre a estrutura de argumentos em conversação (Heritage, 1988; Jackson & Jacobs, 1980) e em discurso escrito (Koch, 1984; Tirkkonen-Condit, 1985), trabalhos sobre teorias, representações e explicações do chamado *senso comum* a respeito de fenômenos e problemas da vida social (Antaki, 1988; Billig & cols., 1988; Kuhn, 1991; Perkins & cols., 1983; Perkins & cols. 1991; Semin & Gergen, 1990), investigações sobre *conflict talk* (Grimshaw, 1990) e estudos de processos de tomada de decisão (Pennington & Hastie, 1986) têm, em maior ou menor extensão, contribuído para a compreensão da natureza e do uso de argumentos na vida diária.

Previsivelmente, estudos como os mencionados acima mostram amplas variações quanto à natureza dos dados analisados, à escolha de situações de pesquisas (tipicamente naturalistas na pesquisa linguística e predominantemente experimentais nas pesquisas psicológica e educacional) e aos objetivos e métodos de análise de dados adotados. O *corpus* de dados analisados cobre itens tão variados como matérias jornalísticas (Koch, 1984; Paz, 1982), artigos de periódicos especializados (Tirkkonen-Condit, 1985), discurso em tribunal de justiça (Cody & McLaughlin, 1988; Philips, 1990; Wodak, 1980), opiniões de leigos e especialistas a respeito de questões sociais diversas (Antaki, 1988; Billig e cols., 1988; Kuhn, 1991; Perkins, 1989; Perkinsecols. 1983; Voss, 1988; Windisch, 1990), discurso político (Osakabe, 1979; Sproule, 1980), composições de estudantes (Osakabe, 1977), propaganda em rádio e televisão (Sproule, 1980), diálogos produzidos em situações psicoterapêuticas (Mehan, 1990; Quastoff, 1978), opiniões de funcionários de empresas sobre as organizações em que trabalham (Koplowitz, 1987) e conversação entre amigos (Jackson & Jacobs, 1980).

Diferenças quanto aos procedimentos de coleta de dados são também notáveis. Em alguns estudos, sobretudo nos que focalizam os aspectos interacionais da argumentação (Grimshaw, 1990; Heritage, 1988; Jackson & Jacobs, 1980, entre outros) e nos estudos de argumentação em discurso escrito (Koch, 1984; Paz, 1982; Tirkkonen-Condit, 1985), as investigações naturalistas predominam. Nestes casos, os dados são geralmente coletados em situações em que a argumentação ocorre espontaneamente, situações estas em que os efeitos da presença do pesquisador são maximamente reduzidos. Os dados consistem tipicamente em gravações de interações verbais, ou, no caso de estudos de argumentação escrita, textos originalmente produzidos para fins de interesse de seus próprios autores.

Por outro lado, nos estudos do raciocínio argumentativo, sobretudo os produzidos em psicologia e educação, a pesquisa de laboratório tem predominado (Kuhn, 1991; Perkins e cols., 1983). Procedimento comum nestes estudos é que temas polêmicos sejam apresentados aos sujeitos, sendo estes convidados então a expressar e justificar suas opiniões a respeito dos mesmos. Os temas escolhidos são invariavelmente problemas do 'mundo real', envolvendo questões de ordem política, social e moral, embora sejam geralmente problemas que os sujeitos, pessoalmente, têm pouca probabilidade de serem chamados a resolver. Questões típicas nestes estudos são, por exemplo: o que fazer para reduzir as taxas de desemprego no país; se o governo deveria subsidiar empreendimentos culturais (companhias de bale, corais etc.); ou se práticas como o aborto e a eutanásia deveriam ser legalizadas. Durante as falas dos sujeitos, no caso da argumentação oral, algumas técnicas podem ou não ser usadas com o intuito de pôr as idéias dos sujeitos à prova ou de encorajá-los a expandir suas opiniões. Diferente dos estudos naturalistas, em que tanto o *tópico* discutido quanto o *contexto* em que os argumentos são produzidos são parte da vida e dos interesses reais do sujeito, nos estudos experimentais o *tema* da argumentação e a *forma de linguagem* que o sujeito utiliza, mas não a *situação* em que a argumentação é gerada, são os elementos da situação de pesquisa que se relacionam com a experiência quotidiana dos sujeitos. Mesmo que em tais trabalhos exista (às vezes) uma tentativa de eliciar argumentos num contexto, tanto quanto possível, semelhante ao de uma conversação (Kuhn, 1991, por exemplo), tais contextos diferem dos diálogos que surgem no mundo real em significativos aspectos (Santos, 1993).

Finalmente, os métodos analíticos aplicados aos dados também refletem amplas variações nos objetivos e na formação específica dos pesquisadores que os adotam. Os métodos vão dos procedimentos próprios da análise de conversação (Heritage, 1988; Jackson & Jacobs, 1980; Ress, 1995) à aplicação de modelos tomados de teorias filosóficas da argumentação (Eemeren & Grootendorst, 1994; Jackson & Jacobs, 1980; Osakabe, 1977), da análise de discurso (Grimshaw, 1990; Tirkkonen-Condit, 1985; Wodak, 1980), ao uso de referenciais de teorias de resolução de problemas (Kum-

mer, 1972; Voss, 1988), com predominância de uso de métodos qualitativos de análise.

Alguns resultados da pesquisa sobre argumentação

Olhando-se para a literatura recente sobre o raciocínio argumentativo, é possível verificar que avanços têm sido feitos, não apenas em relação ao volume de informação que se vai acumulando sobre o tema, mas, também, em relação à elaboração de métodos para descrição e avaliação de argumentos. Nesta seção, três estudos são apresentados. Juntos eles exemplificam tendências metodológicas mencionadas na seção anterior e apresentam resultados emergentes da pesquisa nesta área.

Ao longo de uma série de experimentos, Perkins e cols. (1991) propunham a sujeitos adultos uma variedade de questões de cunho político e social - por exemplo: se o aumento dos recursos orçamentários destinados às escolas públicas levaria a uma melhoria na qualidade do ensino nestas escolas, ou se a celebração de um acordo nuclear entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética reduziria o risco de uma guerra mundial - pedindo-lhes então que expressassem e justificassem suas idéias a respeito dos tópicos propostos. Aos sujeitos se pedia, ainda, que apresentassem uma estimativa do grau de confiança que tinham em relação às suas opiniões, do interesse que cada tópico lhes despertava e do tempo previamente gasto na reflexão sobre tais temas. Numa primeira fase dos experimentos, a fala dos sujeitos ocorria sem qualquer interferência da parte do experimentador. Num segundo momento, questões eram dirigidas aos sujeitos no sentido de estimulá-los à imparcialidade no trato dos temas discutidos (instando-se, por exemplo, para que os sujeitos pensassem em opiniões alternativas em relação a um tema) e a pensar no maior número possível de idéias sobre um dado tópico.

As análises de dados dos estudos de Perkins e cols. (1991) basearam-se em algumas medidas gerais tais como o número de argumentos apresentados pelos sujeitos em favor de seus próprios pontos de vista e o número de argumentos contrários às suas posições. Os resultados destes estudos mostram que, em geral, os sujeitos apresentavam um maior número de elementos de apoio às suas próprias opiniões do que de elementos contrários a estas. Além disto, a argumentação dos sujeitos foi descrita como incompleta, no sentido de que muitas idéias que dariam apoio a um ou outro lado das questões discutidas deixavam de ser examinadas. Segundo os autores, estes resultados refletem uma tendência geral dos indivíduos a analisar uma questão apenas até o ponto em que esta "faz sentido" e é congruente com suas próprias crenças. O uso desta epistemologia que se apoia naquilo que "faz sentido" (*make-sense epistemology*) é contrastado com o uso de uma epistemologia crítica (*critical epistemology*) que possibilitaria ao sujeito a consideração de múltiplas e independentes linhas de apoio, ou oposição, a idéias sobre as quais ele reflete. Para Perkins e seus colaboradores, esta preferência por uma epistemologia do "faz sentido" se deve

a duas razões principais: primeiro, a um mecanismo defensivo do ego que impede o sujeito de analisar em profundidade crenças que lhe são caras e, segundo, à tendência natural dos organismos de reduzirem o montante de trabalho cognitivo necessário num dado processo de raciocínio.

O trabalho de Kuhn (1991) tem visíveis pontos de contato com os de Perkins e cols. (1991). Através de questões preestabelecidas, a autora solicitava de indivíduos que expusessem e justificassem suas "teorias" a respeito das causas de três problemas sociais: o desemprego, o fracasso escolar de crianças e o retorno de ex-presidiários ao crime. Em seguida ela os questionava, pedindo-lhes que gerassem "teorias" alternativas que pudessem explicar os mesmos fenômenos, contra-argumentos para as "teorias" mencionadas (incluindo a defendida pelo entrevistado) e réplicas para os contra-argumentos gerados. Para investigar o efeito do nível de conhecimento do tópico discutido sobre a qualidade da argumentação, Kuhn incluiu na amostra de seu estudo indivíduos considerados especialistas em um dos tópicos discutidos e filósofos, considerados pela autora especialistas em raciocínio.

Em geral, os resultados do estudo de Kuhn (1991) apontam para as mesmas tendências descritas por Perkins e cols. (1991). Seus sujeitos falhavam, com frequência, em considerar suas idéias à luz de pontos de vista alternativos, em refletir sobre a existência de evidências contrárias às suas posições, ou mesmo em demonstrar uma clara compreensão do que seria uma evidência favorável ou desfavorável à posição que defendiam ou contestavam. Os resultados de Kuhn mostraram, ainda, que o maior conhecimento a respeito de um tema não levava a uma melhoria na argumentação apresentada pelo sujeito (por exemplo, professores não produziam melhor argumentação quando discutiam o fracasso escolar do que quando discutiam os demais temas), embora um subgrupo de sujeitos com formação filosófica tenha tido melhor desempenho geral que os demais especialistas. A autora conclui, então, que o argumentar demanda dos indivíduos o uso de habilidades metacognitivas (examinar o próprio pensamento à luz de pensamentos contrários) que, embora implicitamente presentes no sujeito, precisam ser explicitadas para que um uso adequado das mesmas seja feito.

Estudos como os de Kuhn (1991) e Perkins e cols. (1991) exemplificam duas tendências metodológicas típicas nas pesquisas psicológica e educacional sobre argumentação, quais sejam: as de estudar a argumentação - um fenômeno que, por definição, ocorre no espaço gerado pela interação entre indivíduos - em *situações experimentais* e (consideradas) *não dialógicas*.

Em um estudo conduzido por Santos (1993), ambas as tendências referidas acima foram revertidas. Neste, a argumentação apresentada por estudantes universitários em um situação experimental foi comparada à produzida pelos mesmos indivíduos em uma situação naturalista (aulas de um curso freqüentado pelos estudantes). Em linhas gerais, aparte

experimental do estudo seguiu o modelo de pesquisa descrito nos parágrafos anteriores, embora deva ser enfatizado que, aqui, a situação em que o experimentador propunha a um sujeito um tema para reflexão e interação com este a partir de questões predeterminadas foi considerada uma situação dialógica. Mesmo que os papéis desempenhados por sujeito e experimentador sejam claramente assimétricos numa situação deste tipo (do sujeito se espera que exponha e justifique suas idéias e do experimentador, que questione o sujeito e reserve para si mesmo suas opiniões sobre o tema discutido), a existência de uma relação interpessoal é inegável.

A natureza dos elementos identificados na argumentação dos sujeitos (justificativas, contra-argumentos, respostas a contra-argumentos) mostrou-se invariante nas situações investigadas por Santos (1993). No entanto, diferenças significativas foram observadas quanto às formas com que os elementos mencionados acima surgiram nas argumentações produzidas nas situações naturalista e experimental. A mais expressiva destas foi, talvez, a presença sistemática de contra-argumentos (idéias contrárias às que o próprio falante defende) nas falas dos sujeitos na situação experimental e a quase total ausência destes na argumentação produzida nas situações naturalistas. Nestas, contra-argumentos foram levantados, quase que exclusivamente, para argumentos dos participantes que se opunham às idéias defendidas por um sujeito considerado.

Duas implicações foram vistas nestes resultados. Primeiro, a de que certas estratégias gerais adotadas pelos indivíduos na argumentação (justificação de pontos de vista, contra-argumentação, respostas a contra-argumentos) parecem transcender os conteúdos e as situações específicas em que esta ocorre. Por outro lado, os resultados também sugerem (embora os limites do estudo realizado não estejam sendo desprezados) que o estudo da argumentação não pode prescindir da consideração das *situações específicas* em que esta é produzida. Estabelecer a existência (ou não) e a natureza de elementos variantes e invariantes na argumentação é, naturalmente, uma questão a ser empiricamente respondida pela pesquisa neste campo.

Embora generalizações a partir de estudos como os três aqui apresentados pareçam prematuras, alguns resultados repetidamente relatados na literatura merecem atenção. Em primeiro lugar, observa-se que a argumentação produzida no dia-a-dia é geralmente descrita como tendenciosa (elementos de apoio às próprias opiniões do indivíduo que argumenta prevalecem sobre os de oposição) e incompleta (muitas idéias que apoiam os lados alternativos das questões discutidas não são examinadas) (Perkins e cols. 1991). Em segundo lugar, tem sido notado que o exame de lados alternativos de uma questão raramente leva uma pessoa a desistir de sua posição inicial - um fenômeno que tem sido descrito como *confirmation bias* (Kuhn, 1991; Mehan, 1990). Ao contrário, algumas posições tendem mesmo a se polarizar após um exame de evidências contrárias. Finalmente, o próprio processo de avaliar evidências pró e contra uma crença tende a ser "con-

taminado" pelas crenças iniciais (*belief bias*) de uma pessoa (Lord, Ross & Lepper, 1979). Em geral, os indivíduos tendem a ter uma abordagem mais crítica diante de idéias que contradizem do que diante daquelas que confirmam as suas próprias posições (Kuhn, 1991; Lord & cols. 1979).

Como é do conhecimento do leitor familiarizado com a literatura que enfoca o estudo do raciocínio, fenômenos como os acima têm, desde muito, sido descritos em estudos do pensamento formal (Evans, 1989; Galotti, 1989; Gilhooly, 1987). De fato, a ocorrência de fenômenos similares no desempenho de tarefas que envolvem os raciocínios formal e informal tem levado alguns autores a sugerir que teorias originalmente elaboradas para explicar o desempenho de indivíduos em tarefas de raciocínio formal, podem talvez ser úteis na explicação de aspectos dos tipos de raciocínio examinados aqui (Garnham & Oakhill, 1994). O exame desta possibilidade, entretanto, é trabalho ainda a ser feito.

Considerações Finais

O presente artigo, concebido antes como uma introdução ao estudo da argumentação cotidiana do que como uma revisão exaustiva do atual estado da arte neste campo, pôs em perspectiva alguns marcos e tendências teórico-metodológicas em uma área de estudo ainda pouco familiar aos psicólogos. Mesmo que haja exceções, como o atestam referências mencionadas acima, observa-se que o estudo psicológico do raciocínio tem se apoiado sobretudo numa tradição normativa que adota sistemas dedutivos formais como critério de correção na avaliação do raciocínio de indivíduos. De um modo geral, os estudos concentram-se na descrição de processos de desenvolvimento de habilidades lógicas e na investigação das variáveis que interferem no raciocínio dos indivíduos levando-os, quando confrontados com problemas lógicos, a propor (com frequência) soluções que se desviam dos padrões de correção adotados. Neste cenário, o estudo da argumentação cotidiana representa uma ampliação nas possibilidades de investigação e compreensão do raciocínio humano, ampliação esta ainda limitada pela escassez de modelos teóricos e procedimentos metodológicos que orientem o esforço de pesquisa.

Embora sujeito a críticas desde sua formulação inicial, o modelo de Toulmin (1958/1990) foi, por muito tempo, uma referência teórica e metodológica constante em estudos da argumentação cotidiana. Ainda hoje, as críticas levantadas por Toulmin ao uso de padrões de validade lógica na avaliação de argumentos que os indivíduos constroem no dia-a-dia e o modelo proposto por ele (como parte da defesa de suas idéias) permanecem como uma referência histórica, quase obrigatória, em qualquer revisão de teoria da argumentação. Também no âmbito da investigação científica, poucos foram os modelos que geraram volume semelhante de estudos empíricos. Tal atração tem suas razões. Em primeiro lugar, ao propor o modelo, Toulmin elege como objeto de seu estudo a argumentação tal como esta ocorre em linguagem natural e em situações do dia-a-dia. Em segundo lugar, o

autor define a justificação de opiniões como função central da argumentação praticada por indivíduos no mundo "real". Ainda: ao apontar os limites do uso do conceito lógico de validade como norma universal e absoluta para a avaliação da racionalidade de argumentos, o autor o substitui por critérios de julgamento em que as especificidades do domínio de conhecimento a que um argumento se refere são consideradas. Em outras palavras, o autor torna os critérios de avaliação da qualidade dos argumentos *dependentes de campo* (Eemeren & cols., 1987). Finalmente, a idéia de que, ao construir argumentos, um indivíduo incorpora possíveis objeções à sua posição (condições de refutação), coloca a argumentação no âmbito de uma *discussão* (entre um falante e um interlocutor virtual) na qual pontos de vista diversos são confrontados. Idéias como estas parecem ter sido absorvidas em muitas das propostas posteriores à de Toulmin. No plano empírico, no entanto, limites como os apontados aqui (ver seção que trata dos *modelos teóricos*), tornam o modelo um instrumento menos satisfatório para a descrição de argumentos.

Igualmente insatisfatório se mostra o modelo do entimema quando se pensa em instrumentos de descrição e avaliação de argumentos. A importação clara, no modelo, do padrão de validade lógica para descrição de argumentos (manifesto, por exemplo, na necessidade que usuários do modelo quase sempre sentem de adicionar ao entimema uma premissa não expressa pelo argumentador num sentido que restaure a forma silogística do argumento) é um dos primeiros pontos críticos a considerar. Igualmente problemática na adoção do entimema como modelo descritivo da argumentação do dia-a-dia, é a falta de um lugar onde se possa representar o *outro*, o interlocutor, real ou virtual, a quem a argumentação inevitavelmente se dirige.

Em relação aos modelos tradicionais de argumentação mencionados acima, abordagens recentes como as de Billig (1987) e a pragma-dialética, avançam no sentido da superação dos limites apontados naqueles. Em ambas as abordagens, a argumentação é definida como uma prática social que tem no diálogo entre indivíduos a sua forma de realização típica. Seja focalizando os aspectos retóricos da argumentação, como o faz Billig, ou integrando os níveis lógico e pragmático de análise (neste caso, a satisfação do critério de validade lógica é considerada uma condição necessária, embora não suficiente, para a descrição e avaliação de argumentos produzidos em linguagem natural; somente pela consideração das leis e normas que regem a comunicação entre indivíduos se torna possível compreender os elementos implícitos e explícitos da argumentação) como o propõem Eemeren e Grootendorst (1992), abordagens como estas abrem espaço para a consideração da influência exercida por variáveis situacionais sobre a estrutura da argumentação gerada.

Também no plano da investigação empírica, assiste-se presentemente a um movimento semelhante no sentido de trazer a argumentação para o campo do estudo das práticas

sociais. Neste sentido, o grande desafio tem sido o da criação de procedimentos metodológicos que permitam captar o caráter interativo da argumentação. Procedimentos analíticos que desloquem de variáveis internas do indivíduo (por exemplo, sexo, idade, motivação, escolaridade) e de características atribuídas ao seu sistema cognitivo (tal como a tendência à redução do esforço cognitivo, mencionada por Perkins e cols., 1991), o *locus* privilegiado de busca de elementos que expliquem o raciocínio argumentativo. Neste sentido, o tipo de interação em meio ao qual surge a argumentação, o *status* de falante e interlocutor, os objetivos que se deseja alcançar por meio da argumentação, são apenas algumas das dimensões que provavelmente se refletem nos modos como o raciocínio argumentativo se estrutura em situações cotidianas.

Referências

- Antaki, C. (1988). Structures of belief and justification. Em C. Antaki (Org.), *Analyzing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 60-73). London: Sage.
- Aristotle. (1991). *The art of rhetoric*. London: Penguin.
- Austin, J.L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- Billig, M. (1987). *Arguing and thinking: A rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D. & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: A social psychology of everyday thinking*. London: Sage.
- Cody, M.J. & McLaughlin, M.X. (1988). Accounts on trail: Oral arguments in traffic court. Em C. Antaki (Org.), *Analyzing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 113-126). London: Sage.
- Edwards, J. & Baldauf, R.B., Jr. (1983). Teaching thinking in secondary science. Em W. Maxwell (Org.), *Thinking: The expanding frontier* (pp. 129-137). Philadelphia, PA: The Franklin Institute Press.
- Eemeren, F.H. van & Grootendorst, R. (1992). *Argumentation, communication, and fallacies: A pragma-dialectical perspective*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Eemeren, F.H. van & Grootendorst, R. (Orgs.). (1994). *Studies in pragma-dialectics*. Amsterdam: Sic Sat.
- Eemeren, F.H. van, Grootendorst, R. & Kruiger, T. (1987). *Handbook of argumentation theory*. Dordrecht, Holland: Foris.
- Evans, J.S.B.T. (1989). *Bias in human reasoning: Causes and consequences*. Hove: Lawrence Erlbaum Associates.
- Evans, J.S.B.T. (1991). Theories of human reasoning: The fragmented state of the art. *Theory & Psychology, 1*, 83-105.
- Galotti, K.M. (1989). Approaches to studying formal and everyday reasoning. *Psychological Review, 105*, 331-351.
- Garnham, A. & Oakhill, J. (1994). *Thinking and reasoning*. Oxford: Oxford University Press.

- Gerritsen, S. (1994). A defence of deductivism in reconstructing unexpressed premisses. Em F.H. van Eemeren & R. Grootendorst (Orgs.), *Studies in pragma-dialectics* (pp. 41-47). Amsterdam: Sic Sat.
- Gilhooly, K.J. (1987). Mental modeling: A framework for the study of thinking. Em D.N. Perkins, J. Lochhead & J. Bishop (Orgs.), *Thinking: The second international conference* (pp. 19-31). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Grimshaw, A.D. (Org.). (1990). *Conflict talk: Sociolinguistic investigations of arguments in conversations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hample, D. (1980). A cognitive view of argument. *Journal of the American Forensic Association*, 16, 151-158.
- Hample, D. (1981). The cognitive context of argument. *The Western Journal of Speech Communication*, 45, 148-158.
- Hample, D. (1985). A third perspective on argument. *Philosophy and Rhetoric*, 18, 1-22.
- Heritage, J. (1988). Explanations as accounts: A conversation analytic perspective. Em C. Antaki (Org.), *Analyzing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 127-144). London: Sage.
- Jackson, S. & Jacobs, S. (1980). Structure of conversational argument: Pragmatic bases for the enthymeme. *Quarterly Journal of Speech*, 66, 251-265.
- Johnson, R.H. (1991). The place of argumentation in the theory of reasoning. *Communication & Cognition*, 24, 5-14.
- Koch, I.G.V. (1984). *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- Koplowitz, H. (1987). Post-logical thinking. Em D.N. Perkins, J. Lochhead & J. Bishop (Orgs.), *Thinking: The second international conference* (pp. 213-232). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kuhn, D. (1991). *The skills of argument*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kummer, W. (1972). Aspects of a theory of argumentation. Em E. Guelich & W. Raible (Orgs.), *Textsorten* (pp. 25-49). Frankfurt: Athenäum.
- Lord, C.G., Ross, L. & Lepper, M.R. (1979). Biased assimilation and attitude polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 2098-2109.
- Mehan, H. (1990). Oracular reasoning in a psychiatric exam: The resolution of conflict in language. Em A.D. Grimshaw (Org.), *Conflict talk: Sociolinguistic investigation of arguments in conversations* (pp. 160-177). Cambridge: Cambridge University Press.
- O'Keefe, D.J. (1977). Two concepts of argument. *Journal of the American Forensic Association*, 13, 121-128.
- Osakabe, H. (1977). Redações no vestibular: provas de argumentação. *Cadernos de Pesquisa*, 23, 51-59.
- Osakabe, H. (1979). *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós.
- Paz, M.P. (1982). *A argumentação em editoriais jornalísticos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Pennington, N. & Hastie, R. (1986). Evidence evaluation in complex decision making. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 142-158.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (1969). *The new rhetoric: A treatise on argumentation*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.
- Perkins, D.N. (1989). Reasoning as it is and could be: An empirical perspective. Em D.M. Topping, D.C. Crowell & V.N. Kobayashi (Orgs.), *Thinking across cultures: The third international conference on thinking* (pp. 175-194). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Perkins, D.N., Allen, R. & Hafner, J. (1983). Difficulties in everyday reasoning. Em W. Maxwell (Org.), *Thinking: The expanding frontier* (pp. 177-189). Philadelphia, PA: The Franklin Institute Press.
- Perkins, D.N., Farady, M. & Bushey, B. (1991). Everyday reasoning and the roots of intelligence. Em J. F. Voss, D.N. Perkins & J.W. Segal (Orgs.), *Informal reasoning and education* (pp. 83-105). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Perkins, D.N. & Salomon, G. (1987). Transfer and teaching thinking. Em D.N. Perkins, J. Lochhead & J. Bishop (Orgs.), *Thinking: The second international conference* (pp. 285-303). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Philips, S.U. (1990). The judge as third party in American trial-court conflict talk. Em A.D. Grimshaw (Org.), *Conflict talk: Sociolinguistic investigation of arguments in conversations* (pp. 197-209). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pontecorvo, C. (1987). Discussing for reasoning: The role of argument in knowledge construction. Em E. de Corte, H. Lodewijks, R. Parmentier & P. Span (Orgs.), *Learning and instruction: European research in the international context* (pp. 239-250). New York: Pergamon.
- Quastoff, U. (1978). The uses of stereotype in everyday argument. *Journal of Pragmatics*, 2, 1-48.
- Reboul, O. (1988). Can there be non-rhetorical arguments? *Philosophy and Rhetoric*, 21, 220-233.
- Ress, M.A. van. (1995). Argumentative discourse as a form of social interaction: Implications for dialectical reconstruction. [Resumo]. Em F.H. van Eemeren, R. Grootendorst, J.A. Blair & C.A. Willard (Orgs.), *Reconstruction and application. Proceedings of the Third ISSA Conference on Argumentation*, Vol. III, (pp. 159-167). Amsterdam: Sic Sat.
- Rowland, R.C. (1987). On defining argument. *Philosophy and Rhetoric*, 20, 140-159.
- Santos, S.L. (1993). *The construction of arguments: A comparison of the strategies employed by students in experimental and naturalistic settings*. Tese de Doutorado, Universidade de Cambridge, Cambridge (Inglaterra).
- Searle, J.R. (1990). *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Semin, G.R. & Gergen, K.J. (Orgs.). (1990). *Everyday understanding: Social and scientific implications*. London: Sage.
- Sproule, J.M. (1980). *Argument: Language and its influence*. New York: McGraw-Hill.
- Swartz, R.J. (1987). Critical thinking, the curriculum, and the problem of transfer. Em D.N. Perkins, J. Lochhead & J. Bishop (Orgs.), *Thinking: The second international conference* (pp. 261-284). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Swartz, R.J. (1989). Making good thinking stick: The role of metacognition, extended practice, and teacher modeling in the teaching of thinking. Em D.M. Topping, D.C. Crowell & V.N. Kobayashi (Orgs.), *Thinking across cultures: The third international conference on thinking* (pp. 417-436). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Tirkkonen-Condit, S. (1985). *Argumentative text structure and translation*. Jyväskylä: Jyväskylä Yliopisto.
- Toulmin, S.E. (1990). *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press. (Originalmente publicado em 1958).
- Voss, J.F. (1988). Problem solving and reasoning in ill-structured domains. Em C. Antaki (Org.), *Analysing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 74-93). London: Sage.
- Willard, C.A. (1976). On the utility of descriptive diagrams for the analysis and criticism of arguments. *Communication Monographs*, 43, 308-319.
- Willard, C.A. (1983). *Argumentation and the social grounds of knowledge*. Alabama: The Alabama University Press.
- Windisch, U. (1990). *Speech and reasoning in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wodak, R. (1980). Discourse analysis and courtroom interaction. *Discourse Processes*, 3, 369-380.

Recebido em 02.12.1994
 Primeira decisão editorial em 23.01.1996
 Versão final em 26.02.1996
 Aceito em 14.06.1996 ■